



30^o CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO



25 a 29 de novembro 2024

Bibliotecas Fortes:
Sociedade Democrática Recife, PE

Eixo 6 - O mundo digital: apropriação e desafios

Modalidade: Trabalho completo

Implantação do Repositório Digital do IFG: um relato de experiência

Implementation of the IFG Digital Repository: an experience report

Thalita Franco dos Santos Dutra – Instituto Federal de Goiás (IFG)

Maria Aparecida Andrade de Oliveira Tsu – Instituto Federal de Goiás (IFG)

Suzane Gonçalves Duarte Peixoto – Instituto Federal de Goiás (IFG)

Wilma Joaquim da Silva – Instituto Federal de Goiás (IFG)

Resumo: Este relato de experiência traz a implantação do Repositório Digital do IFG sob uma abordagem qualitativa, perpassando pela criação da Política de Informação, implantação do DSpace, capacitação dos bibliotecários e povoamento do repositório. A fundamentação teórica se baseia em Enne (2004), Tsu (2018), Costa e Leite (2009; 2016), UNESCO (2021), Freire, Martins e Teixeira (2023). A metodologia envolve a descrição das etapas utilizadas para o desenvolvimento do ReDi IFG. Os resultados são significativos quanto à disseminação e preservação da produção técnico-científica da instituição, mas muitos são os desafios como a necessidade de melhorias no sistema e atualização da Política.

Palavras-chave: Repositório Digital do IFG. Repositório digital. ReDi IFG. Ciência aberta. Movimento de acesso aberto.

Abstract: This experience report presents the implementation of the IFG Digital Repository using a qualitative approach, including the creation of the Information Policy, implementation of DSpace, training of librarians, and population of the repository. The theoretical framework is based on Enne (2004), Tsu (2018), Costa and Leite (2009; 2016), UNESCO (2021), Freire, Martins, and Teixeira (2023). The methodology involves the description of the steps used to develop the IFG ReDi. The results are significant regarding the dissemination and preservation of the institution's technical-scientific production, but there are many challenges, such as the need for improvements to the system and updating of the Policy.

Keywords: IFG Digital Repository. Digital repository. ReDi IFG. Open science. Open access movement.





1 INTRODUÇÃO

Ao longo da história a informação sempre foi fundamental para o desenvolvimento da sociedade e frequentemente houve necessidade de registro e disseminação da informação. Nesse contexto se insere o repositório digital, integrante importante do movimento de acesso aberto e da ciência aberta, pois de acordo com a Unesco (2021) trata-se de um movimento com o objetivo de transformar a prática científica para se adaptar às mudanças, aos desafios, às oportunidades e aos riscos da era digital e para aumentar o impacto social da ciência, promovendo a inclusão e intercâmbio de conhecimentos acadêmicos.

De acordo com Costa e Leite (2016), a expressão 'acesso aberto' (*Open Access*) foi usada primeiramente na Iniciativa de Acesso Aberto em Budapeste (BOAI) em 2002, sendo esta, a que mais se destacou nesse processo e refere-se ao acesso aberto como a disponibilização livre pública na internet de forma a permitir que qualquer usuário possa ler, baixar, copiar, distribuir, imprimir ou usar a literatura para qualquer outro propósito legal sem barreira financeira, legal ou técnica que simplesmente o acesso à internet.

Em diversos países o movimento de acesso aberto ocorreu por meio de políticas de apoio à divulgação da informação científica, seguindo como exemplo a Declaração de Budapeste em 2002, a Declaração de Bethesda e Berlim em 2003, nos Estados Unidos em 2007, no Canadá em 2008 e 2015, em Portugal em 2014. No Brasil, o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - IBICT lançou o manifesto em 2005, dando início ao desenho de uma política nacional (Tsu, 2018).

A Recomendação da Unesco sobre Ciência Aberta destaca diversos atores nesse contexto, como por exemplo pesquisadores, cientistas e acadêmicos, bibliotecários, usuários e o público em geral, incluindo comunidades, detentores de conhecimento indígena e organizações da sociedade civil (OSCs), cientistas da computação, entre outros (UNESCO, 2021).

O repositório digital por ser um integrante de suma importância para a ciência aberta, se caracteriza como uma ferramenta que permite o armazenamento de objetos digitais podendo conter conteúdos de recursos variados como trabalhos de conclusão de cursos, livros, artigos de periódicos, resumos expandidos, teses, dissertações, entre outros.



Diante da necessidade de divulgar e permitir o acesso à informação produzida pela comunidade do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG) iniciou-se as discussões pelos(as) bibliotecários(as) sobre a criação de uma biblioteca digital ou um repositório institucional. O que resultou posteriormente na implantação do Repositório Digital do IFG (ReDi IFG)¹.

O ReDi IFG foi oficialmente criado em 2017 e, desde então, tem sido um período repleto de esforços, superação de desafios e ricas vivências. Em consequência disso, o presente trabalho tem como objetivo compartilhar experiências acerca desse processo, abrangendo o histórico do desenvolvimento da Política de Informação Técnico-Científica do IFG para o Repositório Digital, a implantação do software DSpace, a capacitação dos(as) envolvidos(as) tais como bibliotecários(as) e demais servidores(as) do IFG e o povoamento do repositório.

2 METODOLOGIA

Para realizar um trabalho científico é necessário estabelecer uma metodologia, ou seja, definir métodos para se alcançar o objetivo proposto. Segundo Andrade (2010, p. 117) “metodologia é o conjunto de métodos ou caminhos que são percorridos na busca do conhecimento”.

Diante disso, o presente trabalho tem como objetivo compartilhar experiências acerca da implantação do Repositório Digital do IFG (ReDi IFG) a partir de uma abordagem qualitativa. As experiências descritas perpassam pelo histórico do desenvolvimento e criação da Política de Informação Técnico-Científica do IFG para o Repositório Digital, pela implantação do software DSpace, pela capacitação dos(as) bibliotecários(as) e demais servidores(as) do IFG e pelo povoamento do ReDi IFG. Tem-se como recorte temporal as atividades realizadas entre 2013 (quando foi criado o primeiro grupo de trabalho) até o primeiro semestre de 2024. Os dados foram obtidos a partir das atas produzidas nas reuniões do grupo de trabalho e, posteriormente, do Comitê Gestor do ReDi IFG.

Esse trabalho foi estruturado como um relato de experiência baseando-se em Mussi, Flores e Almeida (2021) que o consideram como uma produção do conhecimento

¹ <https://repositorio.ifg.edu.br/>



que traz uma vivência acadêmica e profissional aliada aos pilares ensino, pesquisa e extensão, tendo como característica principal a descrição da intervenção. O objetivo é trazer para o contexto acadêmico e científico as situações vividas de uma forma crítica-reflexiva e com apoio teórico-metodológico.

Para descrever o processo de implantação do ReDi IFG até os dias atuais, os relatos foram divididos em dois momentos. O primeiro abordou as discussões iniciais para a criação do repositório até a publicação da Política do ReDi IFG e, o segundo momento após a publicação da Política.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A necessidade de discussão e criação de um lugar onde a produção científica da instituição pudesse ser acessada de forma digital e ao mesmo tempo preservada e divulgada surgiu inicialmente como uma demanda para atender à dois itens contemplados no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), documento norteador das ações institucionais no que diz respeito ao seu papel social, à sua filosofia de trabalho e às suas diretrizes pedagógicas.

De acordo com o PDI vigente de 2012 a 2016, uma das metas institucionais era “criar o programa e implantar a biblioteca virtual do IFG, com a disponibilização de artigos, monografias e teses” (PDI, 2013, p. 104).

No mesmo documento ainda constava uma meta específica das Bibliotecas do IFG que se tratava de “criar repositório institucional digital para abrigar a produção científica gerada pelo corpo docente, discente e administrativo” (PDI, 2013, p. 140).

A partir dessas duas metas, o Sistema Integrado de Bibliotecas do IFG (SIB/IFG) começou a se organizar a fim de cumprir o que estava proposto no PDI.

3.1 Experiências antes da publicação da Política

Em 2013 criou-se o primeiro grupo de trabalho (GT) denominado Biblioteca Digital, composto por sete bibliotecárias do IFG, que elaborou a primeira minuta do que seria a resolução da biblioteca digital/repositório institucional do IFG. O trabalho do GT foi interrompido por um tempo e retomado em 2016, quando criou-se uma Comissão para dar continuidade a esse trabalho com prazo de cento e vinte dias para a conclusão.



A primeira discussão que norteou o trabalho da Comissão foi a decisão sobre se o produto seria uma biblioteca digital ou um repositório institucional. De acordo com Sayão (2005), uma biblioteca digital é baseada em conteúdos informacionais completos, como livros, periódicos, teses, imagens, vídeos, entre outros, que estão armazenados em formatos digitais e acessíveis por meio de redes de computadores, seguindo processos padronizados para facilitar o acesso a essas informações em servidores próprios ou distribuídos, além de em redes de bibliotecas semelhantes.

Segundo Costa e Leite (2009, p. 167) o repositório institucional é um “serviço de informação científica – em ambiente digital e interoperável – dedicado ao gerenciamento da produção científica e/ou acadêmica de uma instituição”, voltado para universidades ou institutos de pesquisa. De acordo com os mesmos autores, os repositórios institucionais contribuem não só para a composição do acervo da memória institucional, mas também para aumentar a visibilidade dos resultados de pesquisa, do pesquisador e da instituição por meio de processos adequados de gestão da informação científica (Costa, Leite, 2009). Após muito estudo a Comissão decidiu pela criação e implantação de um repositório institucional, já que esse termo era o que mais se aproximava dos objetivos que a instituição buscava alcançar.

A partir dessa fundamentação teórica a Comissão de trabalho concluiu que deveria ser criado um repositório digital. Nomeado como ReDi IFG, oriundo da abreviação de **Repositório Digital do IFG = ReDi IFG**, seu significado remete a ideia de rede e sua relação com os fluxos de bens e informações a partir das práticas de interação social. De acordo com Enne (2004, p. 264), “o conceito de rede tem sido muito empregado para definir as novas formas de socialização e fluxo informacional dentro da chamada ordem globalizada”. Partindo desse conceito, o ReDi IFG busca preservar a memória institucional do IFG, permitindo o acesso a essas e outras informações oriundas da instituição, de forma interativa, digital e em rede. O ReDi IFG seria desenvolvido e mantido coletivamente pelas bibliotecas que compõem o SIB/IFG com a colaboração efetiva dos(as) demais servidores(as) e alunos(as) do IFG.

Não é o foco deste relato de experiência fazer uma discussão exaustiva sobre conceituação, diferenças e semelhanças entre as terminologias existentes, por isso segue-se com o relato das etapas realizadas para a implantação do Repositório Digital do IFG.



Assim, a primeira etapa foi criar um cronograma de atividades a serem desenvolvidas nesse processo de criação e implantação do ReDi IFG, cronograma esse que abrangeu o período de agosto de 2016 a fevereiro de 2017 (de acordo com o prazo estabelecido na portaria). Entre as atividades previstas estavam a formação da Comissão responsável pelo desenvolvimento do repositório institucional; descrição da infraestrutura tecnológica pela equipe de Tecnologia da Informação do IFG; apresentação do projeto; elaboração da resolução, procedimento e políticas de funcionamento do repositório institucional; escolha e teste do software; definição do termo legal para a cessão dos direitos autorais; elaboração e teste do projeto piloto; definição do nome; criação da logomarca; criação da página eletrônica dentro do sítio do IFG; lançamento do repositório para acesso da comunidade; implementação; catalogação dos metadados; divulgação; avaliação dos processos e serviços.

Tendo em vista as inúmeras demandas a serem realizadas pela Comissão, não foi possível concluir os trabalhos no prazo determinado na portaria. Por isso, ao longo do ano de 2017 foram realizadas várias reuniões até o lançamento oficial do ReDi IFG. Para além disso, é fundamental destacar que todos os membros da Comissão ainda não possuíam experiência na criação de repositórios digitais. Procedeu-se à pesquisa exhaustiva na literatura da área bem como em páginas de repositórios já existentes, com o objetivo de obter informações básicas tais como: quais os sistemas utilizados, que tipo de documentos eram aceitos, como os documentos estavam organizados, quem era responsável pelas submissões, como se tratavam os direitos de autor e outras informações relevantes.

Com base nas informações obtidas a segunda etapa consistiu na definição do software a ser utilizado na implantação do ReDi IFG. A escolha se deu pelo Dspace, por se tratar de um software livre e de código aberto, que possibilita o armazenamento, gerenciamento, preservação e divulgação da produção. Além disso, permite a customização de diversas funcionalidades para atender às necessidades de informação da instituição, dos seus usuários e ainda possui interoperabilidade com outros softwares (IBICT, 2023).

No Brasil, o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) é responsável pela customização e distribuição da versão brasileira do Dspace. Foi por



meio do IBICT que o diretor de tecnologia da informação do IFG teve acesso ao Dspace e todas as informações necessárias para instalação e customização do ReDi IFG.

É importante destacar que a presença de uma pessoa da área da tecnologia da informação do IFG foi de suma importância para a implantação do Repositório, pois apesar de existir uma versão brasileira do Dspace, tanto a instalação, quanto a customização requer conhecimentos técnicos que as bibliotecárias da Comissão não dispunham.

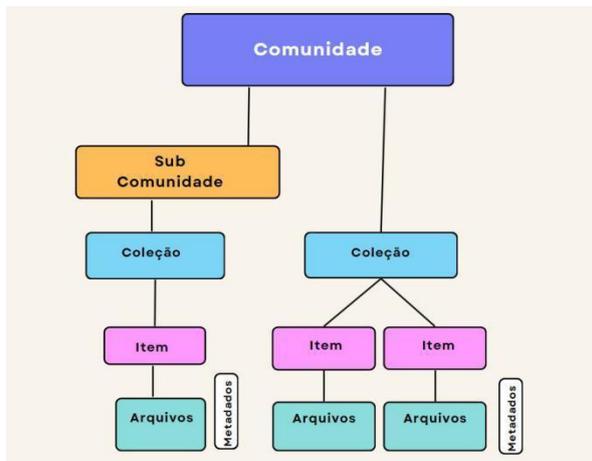
Após a escolha do software, a terceira etapa foi a definição dos tipos de documentos a serem armazenados e disponibilizados no ReDi IFG. Para isso, foi realizado um mapeamento para identificar quais documentos eram produzidos dentro do IFG e, ao mesmo tempo, quais desses documentos eram importantes para a manutenção da memória institucional. Assim, chegou-se à definição de que a coleção do ReDi IFG seria composta pela produção técnico-científica dos docentes, dos técnico-administrativos e dos discentes do IFG, bem como de outros artefatos para preservação da memória institucional, em formato digital. Segundo o artigo 9 da Política do ReDi IFG são considerados produção técnico-científica os seguintes documentos:

- I. artigos publicados em periódicos científicos;
- II. teses e dissertações defendidas nos programas de pós-graduação do IFG;
- III. teses e dissertações defendidas extra IFG, cuja autoria seja de servidores desta Instituição;
- IV. livros e capítulos de livros;
- V. trabalhos apresentados em eventos científicos e acadêmicos;
- VI. trabalhos de conclusão de curso de graduação (TCC);
- VII monografias de especialização;
- VIII. produtos técnicos e educacionais (relatórios técnicos; relatórios de pós-doutoramento; vídeos; apostilas; softwares);
- IX. propriedade intelectual (patentes, registros de softwares, cultivares);
- X. artefatos da memória institucional. (IFG, 2017, p. 3-4)

Para a organização dos documentos (quarta etapa) foi levado em consideração a própria estrutura da plataforma e também a estrutura organizacional do IFG.

O Dspace é um software que disponibiliza o acervo hierarquicamente, sendo composto por comunidades, coleções e itens, conforme exemplificado na figura 1. Sendo as comunidades as estruturas de mais alto nível, as coleções são estruturas que servem para agrupar documentos com alguma característica comum a qual necessariamente deve pertencer a uma comunidade ou subcomunidade, e os itens são um conjunto de descrições e objetos digitais (Comunidades [...], 2024).

Figura 1 - Estrutura do Dspace



Fonte: Elaborada pelas autoras (2024)

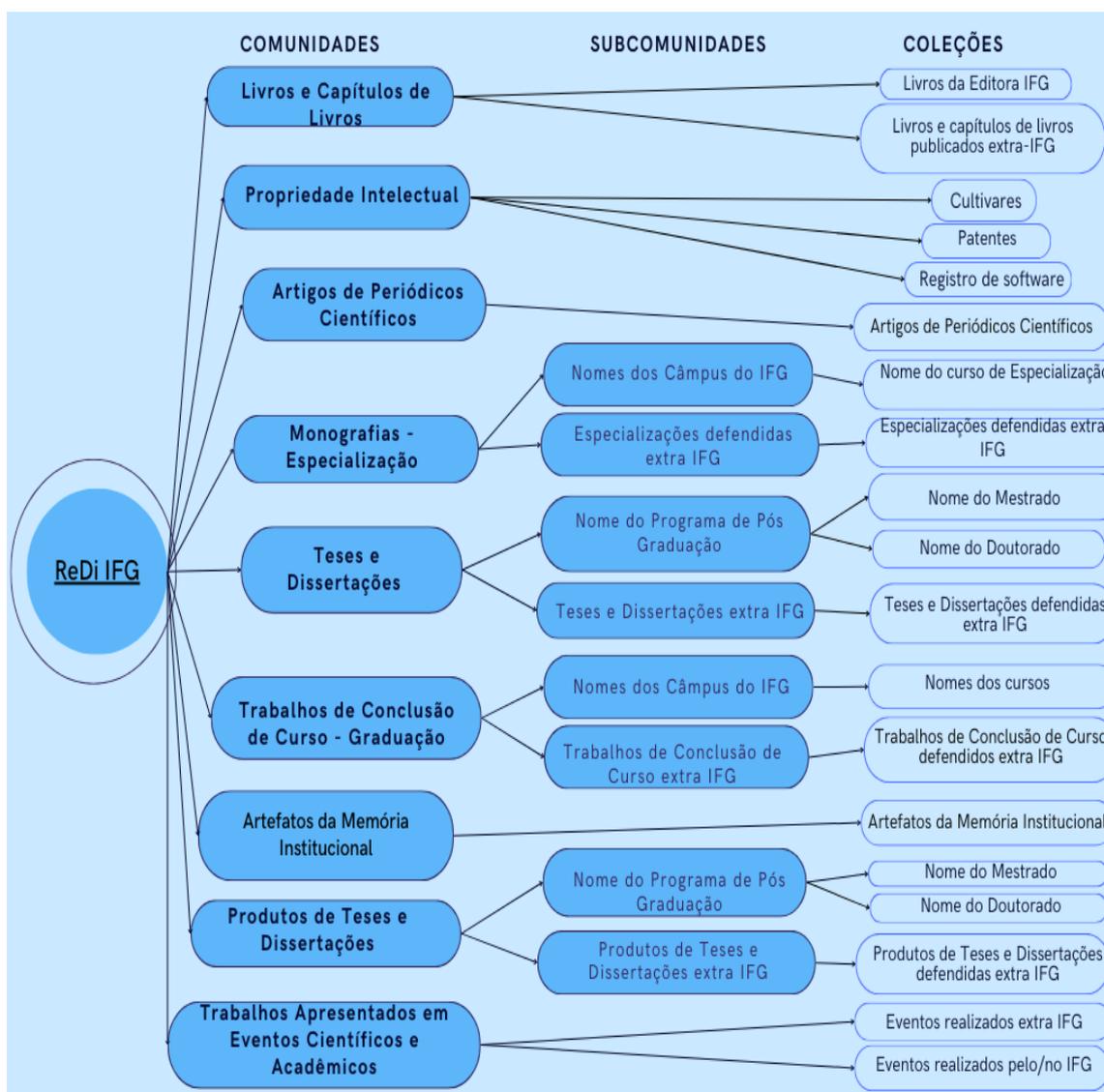
Descrição: É uma figura com um organograma. Sendo o primeiro nível representado pela cor roxo, segundo nível laranja, terceiro nível azul e o último nível verde.

A definição das comunidades e as coleções do ReDi IFG foram baseadas na estrutura organizacional do IFG, uma vez que os Institutos Federais (IFs) são:

Instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, nos termos desta Lei (Brasil, 2008, p. 1).

A organização estrutural dos IFs é bastante distinta de outras instituições de ensino e, conseqüentemente, produzem uma gama variada de documentos de diferentes áreas de conhecimentos e de diferentes níveis. Por isso, a lógica de organização do ReDi IFG se deu a partir dos tipos de documentos e não pelo nome dos Câmpus e/ou unidades/departamentos acadêmicos. Dessa forma as comunidades foram dispostas da seguinte forma:

Figura 2 - Comunidades, subcomunidades e coleções do ReDi IFG



Fonte: Elaborada pelas autoras (2024)

Descrição: É uma figura na cor azul que mostra dentro de balões os nomes das comunidades, subcomunidades e coleções do ReDi IFG.

Após determinar as comunidades e coleções foi necessário definir o fluxo de submissão e os responsáveis por realizar cada etapa desse fluxo: quinta etapa da implantação do ReDi no IFG. No Dspace o fluxo de submissão consiste no caminho que um objeto digital percorrerá para que esteja disponível online. Ele é composto de três etapas distintas que podem ser coordenadas, sendo elas depósito/submissão, avaliação e revisão de metadados (Fluxos [...], 2024).

Após várias análises e reflexões sobre os setores responsáveis pela produção, recebimento, validação e todos os demais processos que envolvem os documentos técnicos-científicos produzidos no IFG, ficaram estabelecidos os seguintes fluxos:



- trabalhos de conclusão de curso (TCC's), as monografias de especialização, produtos de teses e dissertações, as dissertações e teses defendidos por alunos(as) do IFG: **SUBMISSÃO** por servidores(as) lotados(as) nos departamentos dos cursos e/ou secretaria de pós-graduação onde os trabalhos foram produzidos; **VALIDAÇÃO** por bibliotecários(as) do câmpus do respectivo setor que fez a submissão.
- dissertações e teses defendidas extra IFG, cuja autoria seja de servidores desta instituição: **SUBMISSÃO** pela Coordenação de Biblioteca do câmpus e pela Diretoria de Pós-Graduação; **VALIDAÇÃO** pelo Comitê Gestor do ReDi IFG.
- artigos de periódicos, livros e capítulos de livros, trabalhos apresentados em eventos científicos e acadêmicos extra IFG: **SUBMISSÃO** pelo autor da produção técnico-científica; **VALIDAÇÃO** pelo Comitê Gestor.
- registros de proteção de propriedades intelectuais oriundas do IFG: **SUBMISSÃO** pelo Centro de Inovação Tecnológica (Cite); **VALIDAÇÃO** pelo Comitê Gestor.
- artefatos da memória institucional: **SUBMISSÃO** Coordenação de Biblioteca do câmpus; **VALIDAÇÃO** pelo Comitê Gestor.

A sexta etapa teve como foco a ampla discussão sobre os direitos autorais, isso porque no Brasil a lei 9.610/98 prevê ao criador/autor de uma obra intelectual total direito sobre ela. Essa questão dos direitos autorais foi e continua sendo uma preocupação por parte dos integrantes do Comitê Gestor, pois os repositórios digitais representam o movimento de acesso aberto e tem como objetivo disponibilizar gratuitamente o acesso à produção científica da instituição. De acordo com Costa e Leite (2009), os repositórios digitais constituem a verdadeira inovação no âmbito da comunicação na ciência.

Diante disso, para disponibilizar as produções técnico-científicas no ReDi IFG os detentores dos direitos autorais devem autorizar o IFG a disponibilizar gratuitamente em meio eletrônico, sem ressarcimento dos direitos autorais, o documento de sua autoria para fins de leitura e/ou impressão. E para formalizar isso foi criado um termo de autorização para a cessão dos direitos autorais a ser preenchido e assinado pelo autor(a) e/ou autores(as) autorizando a publicação no ReDi IFG.

O preenchimento do termo de autorização é indispensável para a inclusão das produções no ReDi IFG. Para os TCCs, monografias de especialização, produtos de teses e dissertações, dissertações e teses defendidos no IFG esse termo deve ser inserido dentro do arquivo do trabalho logo após a capa. E para os demais tipos de documentos devem ser inseridos dentro do ReDi IFG no momento da submissão ou encaminhados para o e-mail do Comitê Gestor do ReDi IFG para ser salvo no drive do Repositório.

Ao definir todas essas questões, a sétima etapa e última etapa, concentrou-se na criação da logomarca do Repositório e na definição do layout do DSpace.

Tendo em vista que a concepção de rede remete a ideia de conexões, de interatividade, tecnologia e trocas de informações, todas essas informações foram encaminhadas pelo Comitê Gestor à Diretoria de Comunicação do IFG (DICOM) que posteriormente criou a logomarca do ReDi IFG, conforme figura abaixo:

Figura 3 - Logomarca do ReDi IFG

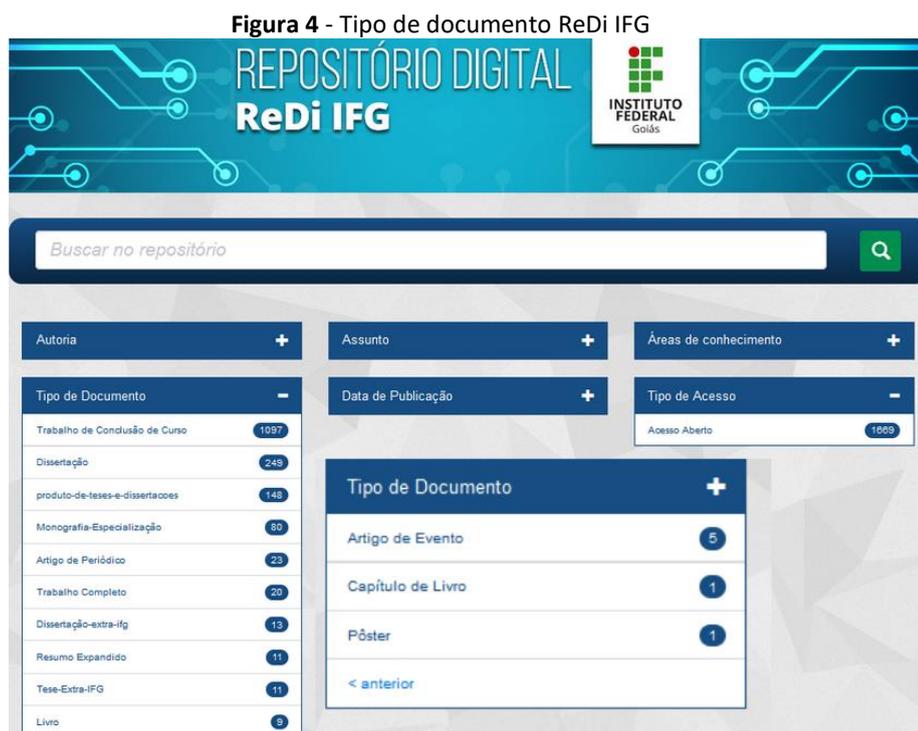


Fonte: Elaborada pela DICOM (2017)

Descrição: Logomarca do Repositório Digital do IFG com fundo nas cores azul escuro e claro e as letras tem a cor branca; inclui a logomarca do Instituto Federal de Goiás nas cores branca, verde, vermelho e preto.

Todas as definições realizadas ao longo do trabalho da Comissão culminaram na criação da Política de Informação Técnico-Científica para o Repositório Digital do IFG, aprovada e publicada a partir da Resolução CONSUP/IFG de nº 027, de 02 de outubro de 2017. O ReDi IFG foi oficialmente lançado no dia 09/10/2017, no Câmpus Aparecida de Goiânia, na abertura do Simpósio de Pesquisa, Ensino e Extensão do Instituto Federal de Goiás (Simpeex), um evento institucional que reuniu toda a comunidade do IFG.

Atualmente o ReDi IFG possui no seu acervo, 1669² documentos em acesso aberto, envolvendo os seguintes tipos: TCC, dissertação, produto de teses e dissertações, monografia de especialização, artigo de periódico, trabalho completo, dissertação extra IFG, resumo expandido, tese extra IFG, livro, artigo de evento, capítulo de livro e pôster, conforme demonstrado na figura 4 a seguir.



Fonte: ReDi IFG, 2024

Descrição: Imagem do site do Repositório Digital do IFG com fundo cinza, quadros de destaque em azul escuro e letras na cor branco. Traz informação sobre a quantidade de cada tipo de documento disponibilizado no repositório.

3.2 Experiências pós publicação da Política

Após a aprovação da Política do ReDi IFG, a Comissão de criação do Repositório transformou-se em Comitê Gestor nomeado pela Portaria nº 2319/2017 com validade de dois anos. Segundo a Política estabelecida, a gestão do ReDi IFG ficaria a cargo de um Comitê Gestor composto pelo Coordenador-Geral de Bibliotecas, por três bibliotecários(as) indicados pelo SIB/IFG, por um representante da Diretoria de Gestão Acadêmica (DGA) e por um representante da Diretoria de Tecnologia de Informação (DTI).

² Dados coletados na plataforma do ReDi IFG em 30/07/2024.



O Comitê Gestor conforme o artigo 6 (seis) da Política, tem como competências (IFG, 2017, p. 3):

- I.Regulamentar os procedimentos de administração e uso do ReDi IFG;
- II.dirimir eventuais conflitos de submissão, validação e publicação de conteúdo dos objetos digitais;
- III.monitorar e propor melhorias para o ReDi IFG;
- IV.avaliar os resultados alcançados com o repositório e sua efetividade;
- V.propor e coordenar ações para ampla divulgação e disseminação do ReDi IFG;
- VI.zelar pelo cumprimento e propor atualizações para a Política do ReDi IFG.

Diante disso, o Comitê Gestor realizou e vem realizando várias ações para que o ReDi IFG se tornasse de fato um repositório digital. Uma das primeiras ações realizadas foi um treinamento que teve como intuito capacitar os(as) bibliotecários(as) do SIB/IFG que, ao mesmo tempo, são responsáveis pela submissão e validação de alguns tipos de documentos, mas também são referências informacionais do Repositório nos câmpus do IFG.

Outra ação também importante nessa fase inicial foi a realização de visitas aos câmpus do IFG para apresentar o Repositório às comunidades locais, falar sobre sua função, sobre sua importância para a instituição e também sobre os fluxos de submissão e validação com o intuito tanto de divulgar o ReDi IFG como também de orientar o uso do mesmo.

E completando as ações iniciais do Comitê Gestor, procedeu-se a elaboração de manuais³ com passo-a-passo e orientações para submissões e validações, tais como: Submissão do autor: como depositar no ReDi IFG; Submissão de trabalhos de conclusão de cursos, monografias de especialização, teses e dissertações - para os Departamentos de Áreas Acadêmicas; e Validação das submissões: pelos(as) bibliotecários(as) do SIB/IFG.

Desde então, a atuação do Comitê Gestor tem sido direcionada em três frentes de trabalho: povoamento do Repositório e ampliação do número de trabalhos disponibilizados; melhorias no sistema; e resoluções e atendimento de demandas pontuais e/ou que a Política não contempla.

Com relação ao povoamento do ReDi IFG, as primeiras submissões na plataforma foram as dissertações do curso de Mestrado Profissional em Educação para Ciências e Matemática do Câmpus Jataí. A decisão em priorizar a submissão desses trabalhos se

³ <https://repositorio.ifg.edu.br/>



deu pelo fato que já havia um diálogo prévio entre as bibliotecárias do câmpus e o coordenador da pós-graduação sobre a necessidade e exigência de divulgação e visibilidade das produções técnico-científicas do curso. Assim, os trabalhos foram enviados previamente para a biblioteca em formato digital e acompanhados dos termos de autorização assinados pelos(as) autores(as). Com estes documentos prontos, a submissão foi feita de imediato.

Em seguida, os demais Câmpus começaram as submissões a partir dos documentos que estavam sendo produzidos após a criação do ReDi IFG. Percebendo uma delonga nesses processos, o Comitê Gestor promoveu um atendimento personalizado voltado aos(às) bibliotecários(as), com o objetivo de identificar caso a caso quais eram as dificuldades encontradas nas submissões do câmpus e auxiliar no desenvolvimento dessa atividade.

Alguns câmpus têm conseguido realizar a submissão dos TCCs produzidos e defendidos antes da criação do ReDI IFG mas essa ação tem sido realizada também pelos(as) bibliotecários(as), e não pelos Departamentos Acadêmicos, e requer uma busca ativa dos termos de autorização dos autores.

Com relação às melhorias na plataforma, salienta-se que durante o processo de definição dos tipos de documentos que comporiam o acervo, fez-se uma pré-definição da estrutura dos metadados para cada um deles, mas no decorrer do processo de povoamento, identificou-se a necessidade de revê-los. Desde então, o Comitê Gestor vem realizando alterações nos esquemas de metadados com o intuito de aperfeiçoar a descrição e, conseqüentemente, a recuperação desses documentos.

A análise para definição dos metadados perpassa pelos critérios de qualificação da organização e exibição dos documentos no ReDi IFG, sendo necessário definir quais metadados devem ou não ser obrigatórios, quais podem ser fixos, ou seja, que não necessitem de alteração pelo responsável pela submissão, metadados que precisam de repetição, links com outros documentos dentro do Dspace, entre outros.

Os formulários de metadados que já foram revisados, atualizados e cujas alterações já foram implementadas na plataforma são os de TCC's, monografias de especialização, dissertações e teses e produtos de dissertações e teses.



Ressalta-se que, o formulário dos trabalhos apresentados em eventos está concluído, embora falta a atualização do sistema com as alterações propostas. Os próximos formulários a passarem por esse processo de revisão e atualização são os de livros e capítulos de livros e artigos publicados em periódicos científicos.

A grande questão do Comitê quanto à descrição e a definição correta dos tipos dos metadados para cada documento, decorre de uma gestão eficaz dos metadados permitindo assim, localizar informações com mais facilidade e velocidade.

Outra frente de trabalho do Comitê Gestor após a criação do ReDi IFG é atuar na resolução e no atendimento de demandas pontuais e/ou que a Política não contempla. Com frequência, o Comitê Gestor recebe demandas via e-mail para atendimento de questões relacionadas ao ReDi IFG, dentre elas: liberação de acesso à comunidades e coleções para submissão de documentos; dúvidas e informações sobre o Repositório, submissões e publicações de documentos; orientação quanto ao preenchimento do termo de autorização para publicação; busca por algum documento que foi publicado ou que está à espera de publicação; solicitação de inclusão, alteração ou exclusão de submissões e validações realizadas pelos(as) bibliotecários(as).

Existem questões também que não foram contempladas pela Política do ReDi IFG e que foram surgindo ao longo do tempo após o lançamento da plataforma. O Comitê Gestor vem abordando cada questão, registrando em atas as decisões que foram tomadas e aquelas que ficaram em aberto, tendo em vista uma eventual alteração na Política. Dentre elas é possível citar:

- a) a Política orienta com relação à submissão de livros mas não menciona a questão dos e-books, porém o Comitê entende que os mesmos critérios são aplicados aos dois tipos de publicação e, sendo assim, a orientação é que o e-book possua conselho editorial e, na falta deste, que tenha um documento de comprovação de avaliação por pares.
- b) TCCs em formato de artigo de periódico não foram previstos na Política tendo em vista que esse tipo de publicação ainda não existia no IFG. A orientação dada pelo Comitê Gestor é que o artigo seja submetido na coleção de Trabalho de Conclusão de Curso - TCC do câmpus de origem do aluno, mas para isso o artigo deverá conter os elementos necessários para publicação no ReDi IFG, como no formato de monografia (com exceção da necessidade de ficha catalográfica).



- c) a Política contempla produtos técnicos e educacionais como relatórios técnicos, relatórios de pós-doutoramento, vídeos, apostilas e softwares, porém surgiu a demanda na instituição pela inserção de produtos oriundos de teses e dissertações não contemplados até então. Como forma de sanar essa questão, foi criada uma comunidade específica para esse tipo de documento de forma que sejam inseridos separadamente da dissertação ou tese mas com o link do trabalho de origem do produto dentro do Repositório.

Todo o processo de melhoria, manutenção e atualização, a criação de coleções e metadados durante o desenvolvimento do ReDi IFG decorre da finalidade de realizar a curadoria digital constante no Repositório, uma vez que envolve principalmente a manutenção e agregação de valores aos dados, garantindo o seu uso e o reuso.

A perspectiva adotada pelo Comitê Gestor do ReDi IFG vai de encontro com o que Freire, Martins e Teixeira (2023) definem como metodologia usada para as etapas da curadoria digital onde deve-se considerar as peculiaridades e os metadados correspondentes a cada tipo de coleção.

Sendo assim, o Repositório Digital do IFG por meio da curadoria realizada, possibilita a maior visibilidade dos seus acervos digitais, uma vez que permite a busca e a recuperação da informação através dos seus objetivos descritos em sua Política, que são: preservar a memória institucional, ampliar e difundir a produção técnico-científica do IFG, potencializar o intercâmbio entre o IFG e outras instituições, promover o acesso, a visibilidade e a recuperação dos itens constantes no acervo do ReDi IFG, assim como, contribuir com a elaboração de indicadores da produção técnico-científica institucional (IFG, 2017).

A curadoria também está relacionada com a questão da preservação das informações digitais, enquanto práticas de manutenção, preservação e, sobretudo, adição de valor ao longo do ciclo de vida dos dados, conforme mencionado por Pavão, Caregnato e Rocha (2016). Embora o ReDi IFG ainda não tenha uma política específica regulamentada sobre preservação digital, os primeiros passos, como a padronização dos metadados das coleções, são fundamentais para estruturar um sistema de preservação eficaz e desempenhar um papel crucial na organização, descrição e recuperação da informação.



4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após quase sete anos de lançamento do Repositório Digital do IFG muito tem se alcançado quanto à questão da preservação da memória institucional e também quanto ao reconhecimento da plataforma como uma fonte de informação e preservação da produção técnico-científica do IFG.

O ReDi IFG inclusive tem suscitado discussões que até então não haviam ainda sido desenvolvidas na instituição ou que por algum motivo estavam paradas. No período de povoamento do Repositório, o Comitê Gestor constatou a falta de uma regulamentação que orientasse a normalização dos trabalhos acadêmicos no IFG. Em consequência, motivou discussões em diversas instâncias acerca da necessidade de elaboração deste documento, especialmente no que diz respeito aos trabalhos de conclusão de curso.

Outro ponto relevante foi a criação e padronização do termo de aprovação das bancas de defesa, exigido para os TCCs. Na prática cada câmpus utilizava um tipo de documento próprio, porém com a exigência de constar esse documento nos arquivos digitais a serem publicados no ReDi IFG, a Pró-Reitoria de Ensino da instituição acabou optando pela criação de um documento único e padrão a ser utilizado em todos os câmpus.

Muitos também são os desafios que o Comitê Gestor enfrenta diariamente no sentido de buscar a melhoria do sistema e também de aumentar a inclusão no repositório da produção da instituição. Uma questão identificada que precisa ser revista e melhorada é o fluxo de submissão dos TCCs, Dissertações e Teses defendidos no IFG. A submissão, que deve ser realizada pelos departamentos acadêmicos e secretarias de pós-graduação, não tem funcionado bem na maioria dos câmpus, tendo em vista que esses setores além de possuírem muitas demandas, há grande rotatividade de servidores e isso vem interferindo diretamente na morosidade das submissões no ReDi IFG. Muitas bibliotecas inclusive já assumiram essa responsabilidade a fim de garantir que esses trabalhos sejam divulgados no ReDi IFG.



Para resolver essa situação o Comitê Gestor tem discutido outras possibilidades para essas submissões e algumas que se apresentam perpassam pela inclusão compulsória, ou seja, feita pelo próprio autor ou ainda essa se tornar efetivamente uma responsabilidade das bibliotecas; o que de certa forma esbarra na mesma questão problema apresentada pelos departamentos acadêmicos e secretarias de pós-graduação.

Essas e outras questões foram surgindo ao longo dos anos e a medida que o trabalho foi evoluindo. Atualmente, faz-se necessária uma atualização da Política de Informação Técnico-Científica para o Repositório Digital do IFG a fim de que todas as decisões tomadas após a sua publicação possam ser atualizadas no documento e outras questões também sejam revistas. Essa ação está prevista para acontecer até o final da gestão atual do Comitê, que vai de 2023 a 2025.

A cada dois anos a portaria do Comitê Gestor é atualizada fazendo-se as alterações necessárias de membros a fim de garantir o funcionamento e continuidade dos trabalhos em prol do desenvolvimento e aperfeiçoamento do ReDi IFG.

Sem dúvida, a criação do ReDi IFG vem colaborando significativamente para a disseminação e popularização da informação enquanto constituinte da ciência aberta. Nesse contexto, a divulgação da produção técnico-científica da instituição, além de preservar a memória institucional contribui para as atividades de ensino, pesquisa e extensão do IFG.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução a metodologia do trabalho científico:** elaboração de trabalhos na graduação. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

BRASIL. **Lei Nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm. Acesso em: 15 jul. 2024.

BRASIL. **Lei Nº 9.610, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998.** Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1998. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9610.htm . Acesso em: 17 jul. 2024.



COMUNIDADES, COLEÇÕES E ITENS. In: **WIKI IBICT**. Brasília: IBICT, 2024. Disponível em: <https://wiki.ibict.br/index.php/Comunidades, Cole%C3%A7%C3%B5es e Itens>. Acesso em: 15 jul. 2024.

COSTA, S. M. S.; LEITE, F. C. L. Insumos conceituais e práticos para iniciativas de repositórios institucionais de acesso aberto à informação científica em bibliotecas de pesquisa. In: SAYÃO, L. F. et al. **Implantação e gestão de repositórios institucionais: políticas, memória, livre acesso e preservação**. Salvador: EDUFBA, 2010. p. 163-202.

COSTA, Michelli Pereira da; LEITE, Fernando César Lima. Open access in the world and Latin America: a review since the Budapest Open Access Initiative. **Transinformação**, v. 28, n. 1, Jan./Apr. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2318-08892016002800003>. Acesso em: 21 jun. 2024.

COSTA, S. M. S.; LEITE, F. C. L. Insumos conceituais e práticos para iniciativas de repositórios institucionais de acesso aberto à informação científica em bibliotecas de pesquisa. In: SAYÃO, L. F. et al. **Implantação e gestão de repositórios institucionais: políticas, memória, livre acesso e preservação**. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 163-202. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/bitstream/ufba/473/3/implantacao_repositorio_web.pdf. Acesso em: 16 jul. 2024

CREATIVE COMMONS. Sobre licenças CC. Disponível em: <https://creativecommons.org/share-your-work/ccllicenses/>. Acesso em: 16 jul. de 2024

ENNE, A. L. S. Conceito de rede e as sociedades contemporâneas. **Comunicação & Informação**, Goiânia, Goiás, v. 7, n. 2, p. 264–273, 2004. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/ci/article/view/24452>. Acesso em: 17 jul. 2024.

FLUXOS DE SUBMISSÃO. In: **WIKI IBICT**. Brasília: IBICT, 2024. Disponível em: <https://wiki.ibict.br/index.php/Comunidades, Cole%C3%A7%C3%B5es e Itens>. Acesso em: 15 jul. 2024.

FREIRE, C. A. S., MARTINS, M. M. S., TEIXEIRA, M. F. A ascensão do repositório digital aberto e curadoria digital. **Memória e Informação**, v. 7, n. 1, p. 84-103, jan./jun., 2023. Disponível em: <https://memoriaeinformacao.casaruibarbosa.gov.br/index.php/fcrb/article/view/223>. Acesso em: 01 ago. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA (IBICT). **Dspace**. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/ibict/pt-br/assuntos/tecnologias-para-a-informacao/dspace>. Acesso em: 15 jul. 2024.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS (IFG). **Plano de desenvolvimento institucional: 2012-2016**. Disponível em: <http://www.ifg.edu.br/attachments/article/122/pdi.pdf> Acesso em: 15 jul. 2024.



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS (IFG). **Portaria nº 2319, de 6 de novembro de 2017**. Disponível em <https://www.ifg.edu.br/attachments/article/238/Portarias%202314%20a%202397%20NOVEMBRO%202017.pdf> Acesso em: 20 jul. 2024.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS (IFG). Conselho Superior. **Resolução nº 27/2017, de 02 de outubro de 2017**. Dispõe sobre aprovação da Política de informação Técnico-Científica do IFG para o Repositório Digital. Disponível em: https://www.ifg.edu.br/attachments/article/132/politica_rd_ifg.pdf. Acesso em: 15 jul. 2024.

MUSSI, R. F. de F.; FLORES, F. F.; ALMEIDA, C. B. de. Pressupostos para a elaboração de relato de experiência como conhecimento científico. **Práxis Educacional**, Vitória da Conquista-BA, v. 17, n. 48, p. 60-77, 2021. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/9010>. Acesso em: 08 jul. 2024.

PAVÃO, Caterina Groposo; CAREGNATO, Sônia Elisa; ROCHA, Rafael Port da. Implementação da preservação digital em repositórios: conhecimento e práticas. **Rev. Digit. de Bibliotecon. e Ciênc. Inf.**, Campinas, v. 14, n. 3, p. 407-425, set./dez. 2016. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/151293>. Acesso em: 13 set. 2024.

SAYÃO, Luís (Org.). **Bibliotecas digitais: saberes e práticas**. Salvador: EDUFBA; Brasília: IBICT, 2005. 342 p. Disponível em: <https://livroaberto.ibict.br/bitstream/1/1013/1/Bibliotecas%20Digitais.pdf>. Acesso em: 12 set. 2024.

TSU, Maria Aparecida Andrade de Oliveira. **Os repositórios digitais da produção técnico-científica dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia do Brasil: uma análise da comunicação científica no ambiente virtual**. 2018. 101 f. (Dissertação de mestrado, Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto - Instituto Politécnico do Porto, Porto, Portugal). Disponível em: <https://recipp.ipp.pt/handle/10400.22/13009?mode=simple> Acesso em: 21 jun. 2024.

UNESCO. **Recomendação da UNESCO sobre ciência aberta**. 2021. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000379949_por Acesso em: 20 jun. 2024. DOI: <https://doi.org/10.54677/XFFX3334>